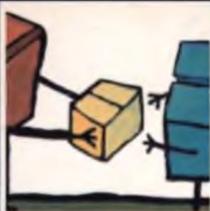


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



**Educação, ciência
e tecnologia**

**Roberto Vermulm
Sergio Rezende
João Batista de Oliveira
Lauro Morhy**

17 de abril

Educação brasileira: Qual educação? Para quem? Qual prioridade?

João Batista de Oliveira

Introdução

Diferentes pessoas, instituições, governos e candidatos apontam diferentes prioridades para a educação: ampliar vagas, construir prédios de determinado formato arquitetônico, criar escolas-modelo ou de tempo integral, capacitar professores, alfabetizar adultos, expandir o ensino médio, manter ou extinguir a gratuidade do ensino superior público, informatizar escolas para evitar o “fosso digital”, criar projetos dos mais variados matizes. Preferências à parte, há pelo três unanimidades sobre educação no Brasil: existe maior preocupação da sociedade e dos governos com a educação; o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) representou um marco na política de financiamento; e, com raríssimas exceções, a qualidade do ensino é péssima.

Todos admitem que houve grandes mudanças na educação nos últimos anos. Mas há pouco ou nenhum consenso sobre se essas mudanças significam melhoras ou apenas mudanças. E há

João Batista de Oliveira é Pós-Graduado em Administração pela Stanford University. Autor do estudo que discutiu o futuro da Educação na América Latina e no Caribe. Autor de cinco livros, entre eles *A Pedagogia do Sucesso* e *Aprender e Ensinar*.

indicações de que a direção adotada não beneficia os mais pobres: ao contrário, contribui para perpetuar as desigualdades sociais. Cabe, portanto, indagar: *cui bono*, ou seja, quem ganha e quem perde com as políticas educacionais vigentes?

Como seria uma política educacional capaz de mudar a vida da esmagadora maioria dos brasileiros? Seria alterar o Vestibular? Aumentar vagas? Continuar a expandir os anos de escolaridade sem qualidade alguma? Prioridades equivocadas geralmente resultam de um diagnóstico equivocado. Daí as duas perguntas que norteiam o presente documento:

A – a quantas e quem ganha com a atual política educacional no Brasil?

B – que perspectivas de mudança apresenta o futuro Presidente da República?

A – A Quantas Anda e Quem Ganha com a Atual Política Educacional no Brasil?

O diagnóstico: hiperinflação

A educação brasileira sofre de hiperinflação. Os sintomas são os característicos. Começamos pela inflação da oferta:

- O Brasil é campeão mundial em matrículas: mais de 33% da população frequenta algum tipo de curso formal. Poucos países industrializados matriculam mais de 25% em cursos formais.
- A expansão desenfreada ainda em curso se deu em função da sinalização equivocada pelos governantes e da ineficiência decorrente da repetência e de regras frouxas referentes à educação de jovens e adultos:

- Em meados da década de 70, já havia vagas suficientes para matricular todas as crianças de 7 a 14 anos. Se limitado a alunos de 7 a 14 anos, o ensino fundamental (EF), desde então, teria necessidade de expandir somente em função do crescimento demográfico, que é declinante. Hoje, precisaria de apenas 25,5 milhões de vagas, ao invés das 35,5 atuais.
- Em 1996, mais de 90% das crianças de 7 a 14 anos já estavam na escola. Por falta de critérios e regulamentação adequada do FUNDEF, para matricular pouco mais de 600 mil crianças desse grupo que estavam fora da escola foram criadas quase 4 milhões de vagas entre 1997 e 2000.
- A defasagem escolar hoje afeta mais de 20 milhões de alunos do EF. Mais de 10 milhões desses alunos têm mais de 15 anos de idade.
- O número de vagas oferecido em 2002 no Ensino Médio (EM) corresponde praticamente à população de 15 a 17 anos. Na primeira série do EM, há quase meio milhão de vagas a mais do que concluintes da 8ª série. No entanto, a expansão do EM está na pauta.

Inflação é sinônimo de desvalorização. Um diploma – como uma moeda desvalorizada – perde sentido e valor:

- Segundo os resultados do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), mais de 50% dos concluintes de 4ª e 8ª série do EF e 80% da 3ª série do EM não domina os conteúdos mínimos esperados. Avaliações de cunho estadual – Minas Gerais e Bahia são as mais recentes – vêm replicando esses trágicos resultados.
- Dados coletados por Secretarias de Educação, em estados como Espírito Santo, Goiás e Bahia, revelam que entre 20

e 60% dos alunos defasados das quatro primeiras séries são totalmente analfabetos. Projetado para o Brasil, isso significa cerca de 4 a 5 milhões de alunos. Evidentemente o problema que afeta a maior parte dos brasileiros não é o analfabetismo digital.

- Os resultados da avaliação da OCDE em 2001, em que o Brasil figura em último lugar entre 32 países, confirmam os dados acima e vão mais além: além de não ensinar a maioria a ler, o Brasil também não consegue ensinar adequadamente suas elites: apenas 1% dos brasileiros atingiu o nível máximo de desempenho, número nunca inferior a 5% nos demais países. Isso explica os resultados anuais do Provão: pouco mais de 20% dos formandos sabem ler e escrever de forma compatível com sua escolaridade.
- A se aplicarem os critérios do SAEB, ENEM e Provão para promover alunos, mais da metade dos diplomas expedidos pelas escolas públicas brasileiras seriam falsos, moeda podre. O que há por detrás é mais grave: o aluno que não sabe ler não pode exercer seus direitos e deveres de cidadania.

A desvalorização também repercute no Mercado de trabalho:

- São complexas as relações entre educação e renda. No relatório *Economic Outlook n. 68*, da OECD, lê-se que:
 - Capital humano, como capital físico, está sujeito à lei dos retornos decrescentes;
 - Investimento em capital humano tem mais impacto no crescimento quanto há uma interação simbiótica entre pesquisa, desenvolvimento, taxa de progresso tecnológico e introdução de novas tecnologias;
 - Mais anos de educação formal não se constitui na forma mais eficiente de prover as habilidades requeridas pelo setor produtivo.

- Os dados empíricos confirmam essas afirmações:
 - É fato que mais anos de escolaridade resultam em maiores salários para os indivíduos, em relação aos de menor escolaridade.
 - Mas também é fato que o valor relativo dos salários vem sendo reduzido. Entre 1992 e 1999 (PNAD, 1999), o ganho de uma pessoa com 8 anos de escolaridade passou de 1.03 para 0.89 do salário médio, e de 1.49 para 1.25 para concluintes do EM. Os rendimentos para os diplomados do ensino superior foram os únicos que aumentaram nesse período: educação sem qualidade reforça a concentração de renda.
 - Os empregadores descontam o efeito da inflação educacional de forma transparente: exigem maior escolaridade e pagam relativamente menos. A desvalorização dos diplomas significa que as pessoas precisam estudar mais anos para garantir um lugar no Mercado formal de trabalho e ganhar menos do que no passado.
 - Mais de 60% das vagas oferecidas no mercado de trabalho requerem, no máximo, o curso fundamental (RAIS e PNAD, 1999). Entre os 40 milhões de trabalhadores com menos de 8 anos de escolaridade, apenas 10% possuem diploma de EF; pouco mais de 20% dos empregos oferecidos exigem curso médio – são empregos altamente concentrados nas regiões mais industrializadas. E menos de 10% exigem curso superior completo. A afirmação de que só existe emprego para quem tem curso médio completo e fala inglês e espanhol não bate com a realidade da economia brasileira.

Em síntese: a educação vive num regime de hiperinflação. A expansão desordenada e sem qualidade acaba apenando os mais pobres: eles passam mais anos na escola – doze anos para completar o EF – os custos de oportunidade se elevam e as taxas de retorno se reduzem. Como no caso da inflação monetária, os mais ricos ficam mais ricos, e os mais pobres, mais longe dos benefícios do desenvolvimento.

Daí desponta o óbvio, ainda não contemplado na política educacional: educação para a cidadania e para a produtividade tem de ser educação de qualidade para todos – e não uma educação como a que temos, estruturada para os poucos que logram concluir o curso superior. Em outras palavras: falta ao país um EF de qualidade, acoplado a estruturas de formação profissional e políticas de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Financiamento, eficiência e distribuição de renda

- O Brasil investe cerca de 61,6 bilhões de Reais em educação, o setor público cerca de 39 bilhões – 3,2% do PIB:
 - 13,8 bilhões do governo federal;
 - 18,6 dos governos estaduais;
 - 5,0 dos governos municipais;
 - 3,0 do salário educação e Sistema S.

A inequidade é eloqüente: o gasto *per capita* nas instituições públicas reproduz e alimenta o padrão de desigualdade da distribuição de renda: 16.000 Reais no ensino superior, 625 Reais no ensino médio, 615 no ensino fundamental. Nos países industrializados, o ensino superior recebe 2,99 vezes mais recursos do que o ensino fundamental (vs. 24,3 vezes no Brasil).

Estimativa de gastos por nível de ensino e fonte de financiamento (em bilhões de Reais de 2001)

	Público	Privado	Total
Educação Infantil	2,0	0,5	2,5
EF	20,0	9,8	29,8
EM e Form. Prof.	5,0	4,9	9,9
E. Superior	13,4	6,0	19,4
Total	40,4	21,2	61,6

A ineficiência no uso dos recursos é não menos eloqüente:

- anualmente, cerca de 35% dos alunos do EF e do EM, o que corresponde a um desperdício anual superior a 8 bilhões de Reais;
- Os alunos defasados do EF custam mais de 6 bilhões a mais por ano. Se o fluxo escolar fosse regularizado:
 - os alunos defasados voltariam a ter condições de complementar sua escolaridade, em cursos regulares de aceleração ou cursos supletivos;
 - as redes estaduais poderiam praticamente deixar de existir;
 - o valor médio do FUNDEF subiria para mais de 900 reais per *capita*;
 - o EF precisaria de, no máximo, 1 milhão e não dos atuais 2 milhões de professores, que poderiam mais do que dobrar os seus salários. A inflação não é só de alunos.

B – Que perspectivas de mudança apresenta o futuro Presidente da República?

Na campanha eleitoral de 1992, apareceu na televisão um *slogan* dizendo: se o seu candidato não sabe como mudar a educação, mude de candidato. Mudar nós sabemos – desde 1960 o Brasil já fez várias reformas educacionais. Mudar é relativamente fácil, sobretudo no papel. O desafio é oferecer ensino de qualidade para todos, de forma a promover a cidadania na sua dimensão política, econômica e social.

Com o objetivo de ouvir quais são as prioridades dos candidatos a Presidente da República, apresentamos um elenco de proposições, seguidas por perguntas pertinentes a cada nível de ensino.

QUESTÕES AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A – Ensino Fundamental

- É tese fortemente defensável que o ensino fundamental poder-se-ia tornar mais eficiente e eficaz com o seguinte conjunto de medidas:
 - (i) corrigir o fluxo escolar, focalizando os recursos públicos nas crianças de 7 a 14 anos, e assegurando terminalidade de ensino aos defasados;
 - (ii) municipalizar o ensino fundamental, concentrando toda a responsabilidade e recursos nos municípios e eliminando os atuais desperdícios decorrentes da duplicidade de redes;

- (iii) assegurar a efetiva alfabetização de todos os alunos de escola pública até o final da primeira série escolar, de forma a permitir seu futuro sucesso escolar.

Perguntas: Como corrigir a distorção idade/série sem promoção automática? Quais as propostas para municipalizar o EF e promover o uso mais eficiente dos recursos do FUNDEF? Como assegurar o controle da qualidade dos professores que ingressam no ensino? Como assegurar a alfabetização de todos os alunos ao final da primeira série do EF? Como assegurar que os jovens saiam lendo e escrevendo adequadamente na 8ª série, para poder exercer sua cidadania e direcionar suas escolhas?

B – Ensino Médio e Formação Profissional

- Atualmente, mais da metade dos alunos do EM já possui mais de 18 anos e já se encontra no Mercado de trabalho. Poucos, entre a maioria dos mais pobres, concluirão o EM, e pouquíssimos em condições de prosseguir estudos, profissionais ou universitários. Essa situação deverá perdurar ainda por muitos anos, a vigorarem as atuais políticas educacionais: trabalham mal, ganham mal e estudam mal. São mais de 3 milhões de jovens, em cada faixa etária.
- Há fortes indícios, evidências e argumentos que apontam para o total desacerto das atuais políticas de EM. Primeiro, elas diferem do que se faz em todo o mundo, onde o EM é diversificado. Segundo, elas oferecem menos condições e exigem mais tempo para os alunos mais pobres complementarem uma formação profissional. Terceiro, o Sistema S caminha de forma desvinculada de uma política

de juventude e sua inserção no mundo do trabalho, sem cumprir adequadamente o papel que lhe caberia na formação e no ensino profissional. Quarto, o FAT, focado na oferta de cursos, se comprova um total desperdício de recursos. Quinto, inexistem políticas para promover a inserção dos jovens no Mercado de trabalho. Sexto, há um forte descompasso entre educação e Mercado de trabalho: o Mercado exige menos escolaridade e mais qualidade, a educação oferece o contrário.

Perguntas: O ensino médio continuará unificado ou será diversificado? Será promovida sua expansão ou privilegiada sua adequação às características, às condições e à variedade da demanda efetiva? Que políticas serão alteradas? Como o governo federal se articulará com as redes estaduais de ensino e o Sistema S? Quais os planos sobre formação técnica e profissional? E para a inserção de jovens no Mercado de trabalho?

C – Ensino Superior

- O Brasil oferece quase 1 milhão de vagas na primeira série dos cursos superiores – há praticamente uma vaga para cada 2 alunos que concluem o EM.
- Apesar das críticas à qualidade do ensino superior, o Mercado de trabalho paga em média 3 vezes mais para um diplomado de ensino superior do que para um diplomado do ensino médio. Isso significa que o valor econômico agregado por essas escolas (70% das quais particulares) é enorme – representa um rendimento adicional de quase meio milhão de Reais ao longo da vida.

- O grande problema do ensino superior é a falta de financiamento. Os poucos alunos de famílias de baixa renda das Universidades gratuitas não têm como se manter. Os muitos alunos pobres das Universidades pagas em geral trabalham de dia para se manter, mas lutam com dificuldade para pagar suas mensalidades.

Perguntas: Quais os seus planos para financiar alunos carentes, nas Universidades públicas e privadas? Qual sua política para a autonomia ou isonomia das instituições federais? E para o setor privado: mais burocracia e controle formal ou mais liberdade para ajustar-se às demandas do Mercado e dos alunos? E a política em relação à “lei do calote”, que contribuir para elevar os custos do ensino particular?

D – Educação Infantil

- A educação infantil vem-se tornando um imperativo da sociedade, sobretudo por questões de natureza econômica: proteger a criança das mães pobres que trabalham. Em grande medida, creches e pré-escolas podem ter papel relevante no combate à desnutrição e má nutrição e, em menor medida, na educação.
- O atual modelo privilegia a “escolarização” da educação infantil: a pré-escola é definida como uma escola que vem antes da escola, com todos os requisitos formais. Considerando que os municípios possuem, ao todo, pouco mais de 2 bilhões de Reais para esse nível de ensino, trata-se de uma proposta economicamente viável, além de pedagogicamente discutível.

- Diluir os recursos do FUNDEF, ampliando seu uso para a educação infantil, significa comprometer ainda mais os escassos recursos do EF.

Perguntas: Seu governo vai promover a escolarização da pré-escola ou incentivar formas alternativas de atendimento? Que políticas de financiamento pretende desenvolver?

Bolsa-Escola

- A necessidade de distribuir renda goza de unanimidade nacional. Daí a atração de mecanismos como a Bolsa-Escola.
- Nem todos concordam que Bolsa-Escola – como outras tantas bolsas – seja o mecanismo mais adequado para distribuir renda. Há mesmo quem duvide, seriamente, de seu impacto sobre a redução do abandono escolar.

Perguntas: Qual sua política para distribuição de renda? Em que medida ela vai alterar a Bolsa-Escola?

Administrar é priorizar

Em 500 anos de história do Brasil, as políticas públicas não conseguiram oferecer um ensino que permita oferecer uma base comum de educação a toda população e condições de ascensão social aos mais pobres. Ao contrário, e apesar do aumento de vagas, a educação continua excludente. Há uma educação para

os ricos e outra para os pobres. A política de expandir sem dar qualidade pune cada vez mais os mais pobres, tornando ainda mais difícil seu acesso à formação profissional e aos níveis mais elevados de ensino.

Recursos são escassos por definição. Dizer que para educação não há limites de recursos, ou que tudo é prioritário significa manter o *status quo*.

Pergunta: Como, em quê, e com que recursos o futuro Presidente pretende investir em educação?

Compromisso anual de investimentos em educação do futuro Presidente

Nível de ensino	Ação	Investimento anual medio	Fonte de Recursos
Fundamental	1.		
	2.		
	...		
Médio	1.		
	2.		
	...		
Superior	1.		
	2.		
	...		
Infantil	1.		
	2.		
	...		

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy